



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª Audiência Pública semipresencial desta comissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que encaminha Projeto de Lei Orçamentária que estima receita e fixa despesas no Município de São Paulo, para o exercício de 2023.

É a 10ª audiência temática, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, também pelo YouTube e Facebook, da Câmara Municipal de São Paulo.

Convites para esta audiência foram publicados nos jornais: *O Estado de S.Paulo*, no dia 18/11/2022 e *Folha de S.Paulo*, no dia 21/11/2022, e vêm sendo publicados no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 18/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 18/11/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Todas as informações referentes ao Orçamento de 2023, encontram-se no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023>.

As demandas do Orçamento de 2023 podem ser entregues junto à Secretaria da Comissão ou participe da sua proposta, por escrito, através dos formulários disponíveis em www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023/audiencias-publicas, ou pelo e-mail: financas@saopaulo.sp.leg.br.

Foram convidados para a audiência a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Aqui consta, conforme ontem combinado, que será representada pelo Sr. Décio Fernando de Matos, Secretário em exercício, acompanhado do Sr. Gustavo Felício, Assessor Técnico.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Encontram-se presentes o Dr. Sidney Cruz, Relator da Peça Orçamentária do PL, de forma *on-line*; Vereador Isac Felix.

Então vamos aguardar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos aqui, vamos oficializar quem está presente. Sra. Regina, qual a sua função lá?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sra. Regina Alves Ribeiro, Coordenadora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Por favor, chamo à mesa o Sr. Gustavo Felício, Assessor Técnico, da Secretaria e a Sra. Regina Alves Ribeiro, Coordenadora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Essa foi a informação que eu tinha passado primeiro, que o Secretário me passou - hoje está licenciado - que viria a D. Regina. O Mário depois teve essa informação. Então consolida o que havia informado o Secretário, que está de licença, Carlos Alberto Bezerra Júnior.

Nós fizemos na primeira audiência a exposição. Já houve a exposição. Hoje, nós faríamos a continuidade das manifestações. Nós paramos na Maria Nazaré, que foi a última inscrita.

A nossa dificuldade é acompanhar lá e cá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por isso que eu estou dizendo, nós temos problemas que estão acompanhando lá. Como tenho o semipresencial, eu e o Vereador Sidney, o Vereador Isac está lá, a gente consegue registrar por aqui a presença.

Então nós vamos para a audiência pública.

Imediatamente, como já houve a exposição aquela vez, nós tivemos dificuldade

com a pasta da Assistência, no que diz respeito às respostas do técnico que foi mandado aqui. Houve um descontentamento, nós fomos obrigados a suspender e chamar uma segunda.

Volto a dizer, houve esse imprevisto técnico na Casa, eu diria que obrigou, pela urgência dos projetos, o Presidente a chamar sessões extraordinárias para hoje, neste mesmo horário.

Imediatamente, a primeira inscrição na sequência é da Sra. Bernadete Rosa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Jair, é a Juliana Cardoso, apenas para dizer que estou acompanhando virtualmente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Vereadora Juliana Cardoso, eleita Deputada Federal, acompanhando virtualmente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. Nós tivemos problemas, nós estávamos fazendo audiência com duas secretarias e a Comissão de Política Urbana também. Aí caiu tudo. Ele não está instruído. Ele depende de uma audiência pública.

Por exemplo, no que diz respeito a esse PL, nós estamos na oitava audiência pública. Ele já está instruído, do ponto de vista de audiência.

Vamos então. Tem a palavra a Sra. Sra. Bernadete Rosa.

A SRA. BERNADETE ROSA – Bom dia a todos e a todas.

Estamos aqui hoje não na condição de pedintes de favores de um assistencialismo que ficou no passado, mas que insiste em retornar. Estamos aqui para reivindicar e exigir o que é de direito. Estamos aqui na condição de executores da política pública da assistência social, em parceria com a SMADS.

O CCA é um serviço tipificado e importante nos territórios. Estamos falando de crianças e adolescentes de seis a 14 anos e 11 meses que precisam ter condição para um desenvolvimento saudável e potente. O CCA precisa garantir o seu objetivo principal, que é

convivência e fortalecimento de vínculos familiar e comunitário.

O orçamento não deveria ser um aspecto somente técnico, ainda fazemos uma separação entre as ciências exatas e as humanas. O orçamento precisa atender às necessidades para a execução de uma política social pública que é mais do que necessária, que é fundamental para tirar a população da miséria em que se encontra e no retrocesso dos direitos em que estamos andando ultimamente.

Vou lhes contar uma situação. Na semana da criança, nós contratamos brinquedos de aluguel, como pula-pula e tobogã, e as crianças adoram. Sei que muitos fizeram isso. Pagamos R\$ 2.500,00, com monitores, porque só os nossos monitores em um dia assim não dão conta. Foi um dia especial. Uma criança na fila para entrar em um brinquedo me chamou. Essa criança, no início do ano, perdeu a mãe e foi morar com a irmã, que, ainda bem, a acolheu. A família da irmã acolheu essa criança de nove anos, que acabara de perder a mãe. Esse menino, nesse dia, na fila dos brinquedos, me chamou e falou: “Bê, hoje é o dia mais feliz da minha vida.”

Todos os dias queremos que sejam de superação, de acesso e de oportunidade. Como dizia a música, a gente não quer só comida, não é? Olhem que até comida está difícil de dar, porque está tudo muito caro. Não tivemos reajuste, ainda, não é? Nem o pagamento do retroativo, ainda, não é? E o ano acabando... As crianças e adolescentes precisam viver o agora e acreditar no futuro.

Os serviços precisam de equipe. Não é só o CCA. Falo de todos os serviços da assistência. É equipe em número, em qualidade, de material pedagógico. É pagar as despesas, fazer a manutenção. Não é possível, com a verba, sem um mínimo de reajuste. Hoje, para um serviço com 180 usuários, cada criança custa em torno de 370 reais ao mês. O que é que você faz com isso ao mês? O CCA está sendo instado a preencher, além dos quase 30 relatórios mensais exigidos pela SMADS, pela SAS, pelo CRAS, o sistema EOL, que é da educação. Não é da assistência. Não está na tipificação. O problema alegado é a falta de verba e isso não nos convenceu.

Queremos a revogação do Decreto 59.083, de 2019, e o não preenchimento do EOL. Queremos verba e dignidade para a assistência social. Queremos que incluam os 700 milhões a mais no orçamento, que foram aprovados pelo Comas, pela Resolução 1.876, de 2 de agosto de 2022.

O CCA resiste. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Sra. Marlene Pena de Andrade? (Pausa) Não está. Sr. José Euzébio, do Conselho Tutelar de Pedreira? (Pausa) Sr. Geraldo Brito, representante do Fórum da Assistência em São Paulo? Considere-se que se abram as inscrições e, ao término da fala do Sr. Geraldo, nós as encerraremos, ok? Eu só quero registrar para vocês que temos 11 inscrições. Vamos nos organizando.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, na hora que for oportuno, eu gostaria de falar um pouquinho. Mas eu posso, também, ouvir todo mundo e falo ao final das inscrições. Está bom? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, é claro. Sr. Geraldo?

O SR. GERALDO BRITO DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia a todos e a todas que estão presentes. Bom dia, Regina. Bom dia, Vereadores Jair Tatto e Dr. Sidney Cruz. Bom dia ao Gustavo, que está presente.

Primeiramente, quero muito, muito mesmo, lamentar o que aconteceu na audiência anterior. Viu, Regina? Eu digo isso porque não foi esse o posicionamento que vocês nos trouxeram nas últimas reuniões, em encontros conosco. Nós nos colocamos muito à disposição de como ajudar o gabinete. Colocamos bem estas palavras: como ajudar o gabinete a conseguir o maior orçamento para a assistência social, o que é necessário. É muito lamentável o orçamento que a assistência tem hoje. A assistência é quem assiste os mais pobres, os mais vulneráveis, os mais desassistidos. É inaceitável o orçamento com que nós trabalhamos hoje.

Infelizmente, ninguém do gabinete esteve presente, inclusive o Secretário, que eu realmente achei que estaria presente. A Soninha Francine estava aqui, representando os direitos humanos, na audiência anterior. Levou algumas pancadas e isso faz parte do jogo, mas ela estava aqui, representando os direitos humanos. Na pasta da assistência social, não havia ninguém. Lamentamos muito isso.

Dito isso, Vereador Dr. Sidney Cruz, Relator, que está responsável pela relatoria do Orçamento, o que nós queremos, realmente, neste momento, são 700 milhões a mais para a assistência social. Esses 700 milhões não vão colocar a assistência social em um patamar *full*. Não vai. Vai, simplesmente, repor perdas e prejuízos que tivemos ao longo dos últimos anos. É necessário fazer isso.

Por quê? Hoje, para se ter uma ideia, de acordo com o último repasse que tivemos, de divulgação de tabela de custeio, há serviços que recebem seis reais *per capita*, para alimentação, todos os dias. Há serviço que recebe mais. O serviço que recebe mais recebe 12 reais. Esse serviço que recebe mais por pessoa, por dia, é aquele serviço que dá café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia – o SAICAS, inclusive, que é o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. São 12 reais para o serviço que recebe mais, de repasse para alimentação, *per capita*. Aqui fora, ao lado da Casa, mesmo, o que é que comemos e bebemos, com 12 reais, por dia? Esse é o serviço que recebe mais, dentro da assistência social. Eu acho isso, para mim, fora da casinha.

Podemos perceber que esses 700 milhões não são para começarmos, agora, a receber 30 ou 40 reais por pessoa. É só para reposição de gastos. Não é para mais nada. Não vou nem falar dos trabalhadores e do quanto nosso quadro é defasado e precário. Em função dos nossos salários, muitos trabalhadores muito competentes dentro da assistência social optam ir para a saúde ou para a educação, porque, entre todas as políticas necessárias – que são muito necessárias, mesmo –, os nossos primos das outras pastas pagam muito mais do que a nossa pasta, que é muito empobrecida.

E por fim, a gente tem que parar com essa questão de CCA pegar, ou qualquer

serviço, pegar dinheiro emprestado com outra secretaria, com outra pasta. Isso eu acho que é o cúmulo, sem contar essas ameaças o tempo todo de vai para pasta tal. Tem serviço que já está voltando para a assistência de novo, tem serviço que vai para a pasta de direitos humanos. Isso é uma bagunça e mostra uma falta de entendimento do que é política pública de fato, de como deve funcionar as políticas. A assistência existe por um motivo e trabalhamos de uma forma. A educação existe por outro motivo e trabalha de outra forma. Podemos usar até as mesmas ferramentas, mas são coisas diferentes.

É isso. O meu apelo, o nosso apelo é para que venham 700 milhões para a assistência social.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Geraldo.

Encerradas as inscrições. Próxima inscrita, Regina Paixão. (Pausa) Ausente. Ela chegando, por favor, me avise. Márcia Peroni. (Pausa) Ausente. Vou colocar uma interrogação, tanto para a Regina quanto para a Marcia, uma interrogação. Seguimos com o José Antônio de Lima Neto, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo. (Pausa) Ausente. Rosilene Pimentel. (Pausa) Ausente. Claudia Souza. (Pausa) Ausente. Repito que faremos uma segunda chamada depois, considerando a burocracia da entrada. Nájila, servidora pública da SMADS. (Pausa) Ausente. Sra. Juliana Olavo. (Pausa).

Com a palavra a Sra. Juliana Olavo.

A SRA. JULIANA OLAVO – Bom dia a todos, a todas, a todes.

Cumprimento a Mesa, Regina, Gustavo, Presidente. Gente, vou seguir uma cola porque a indignação por não ter Secretário aqui é tamanha que eu posso perder o raciocínio. Como todos - e a gente vai ficar muito repetitivo - estou aqui por um orçamento próprio para a assistência social, pelos mais 700 milhões que foram aprovados pelo Comas, que é o mínimo que nós precisamos para executar, de fato, a política de assistência social nessa cidade.

Eu sou uma mulher periférica, forjada no foi o Ozem, o que hoje é o CCA. Temos muitos aqui que são forjados nesses serviços. E sempre penso que a falta de vontade política

muitas vezes é por isso. Porque são nesses espaços que são forjados, pessoas que pensam politicamente, que têm a consciência da necessidade da participação social.

Eu vou falar pelo CCA. Além da exigência que nós temos enquanto fase, enquanto trabalhadores e usuários da assistência social e do serviço CCA, a gente pede a revogação do Decreto 59.083, de 2019. Nós não precisamos de ações integradas com a educação. O CCA é uma polícia de proteção à criança e ao adolescente e a nossa matéria-prima, diferente de qualquer outra política, é a convivência. Nós garantimos a segurança de convívio. Nenhuma outra política faz. Não somos contra turno escolar. Trabalhadores, reforcem isso. Não somos contra turno escolar. Não somos complemento de escola. Nós fazemos parte da rede que protege crianças e adolescentes. Certo?

Além disso, nos CCAs a gente precisa de uma assistência administrativa para a parte burocrática, independente do número de vagas. Independente do número de vagas. Nós precisamos de orientadoras socioeducativas volantes. Humanamente é impossível atuar na ponta com que a gente convive diariamente: abuso, violência física, psicológica, e um orientador com 30 crianças. Quando esse orientador falta, uma equipe de sete pessoas se vira nos 30. Isso não é digno. Isso não é política. (Palmas)

Além disso, eu falo também sobre o CCA Jardim Santo Antônio. O serviço que foi encerrado no ano de 2020 por uma questão de imóvel. No ano de 2020, dezembro, foi aberto um edital. A organização Associação Santa Cecília participou legitimamente com outras organizações. Foi classificada, considerada apta a gerir esse convênio. Na procura de imóvel encontramos apenas um galpão naquela região de Vila Andrade. A organização de luta pequena de periferia gastou mais de 200 mil reais para construir nesse galpão uma estrutura para o CCA. Fora as doações, vaquinha *on-line*. Esse serviço, dia 14 de outubro - eu vi no CEI, ainda eu não fui informada - que não tem orçamento para abrir esse serviço. Nós temos demanda de conselho tutelar, nós temos demanda do CRAS. As famílias esperam essas vagas. Nesse orçamento a gente exige que o CCA Santo Antônio seja reaberto.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Nós temos também inscrições *on-line*. Vou para um revezamento. De forma *on-line*, Maria Paula Yuko Osato. (Pausa) Ausente. Natália Machado de Carvalho. (Pausa) Ausente. Daniela Pereira da Silva Farias. (Pausa) Ausente. Haydée Paixão. (Pausa) Ausente. Nildo Ferreira dos Santos. (Pausa) Ausente. Alessandra de Oliveira Linhares. (Pausa) Ausente. Flávia de Barros Moreira Pires. Tem a palavra por três minutos. Em seguida a Sra. Regina, de forma presencial.

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – Bom dia, Tatto, bom dia, Sidney, bom dia, Juliana, nossa defensora do fomento do samba, obrigada, querida, bom dia a todos os demais Vereadores e demais presentes.

Eu venho aqui repetir um apelo para que vocês olhem pelas pessoas gordas e tenham uma política de combate a gordofobia. A gordofobia é estrutural e endêmica, está presente em todas as esferas sociais, ela nasce no seio da família. Temos um caso de menino de seis anos que o pai obrigou a andar na esteira e o menino morreu, porque ele achou que o menino estava gordo. Tivemos um suicídio de uma adolescente de 17 anos, no banheiro do colégio, há quatro anos. No mês retrasado tivemos no colégio particular um suicídio no banheiro do colégio também, a pré-adolescente de 13 anos se enforcou usando a própria mochila num colégio particular. Tivemos um suicídio de um estudante do Mackenzie, que pulou de uma ponte, um estudante gordo que pulou de uma ponte, e isso não dá para continuar.

As contratações. A cada 10 contratações, empregadores, sete não contratam pessoas gordas, a cada 10 concursos públicos, oito não contratam pessoas gordas e isso não dá para continuar desse jeito, estão nos matando. O movimento cultura gorda está estabelecendo um estatuto de combate à gordofobia e inclusão das pessoas gordas e precisamos de ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, concluindo. Obrigado, Flávia. Regina Paixão? As inscrições da primeira audiência e também a Nájila, já, Regina Paixão e acho que a Nájila chegou.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia, Jair, bom dia pessoal.

Que bom, Câmara lotada de novo para a nossa pauta da assistência social. Que bom que SMADS está aqui, Comas, relator também, que está conversando com a gente. Jair, e o trânsito da Sul para chegar aqui está difícil, perdi umas falas, mas imagino que os colegas já representaram. Queremos reforçar a Prefeitura Municipal de São Paulo, temos 32 bilhões em caixa, hoje, e precisamos da assistência social para que a gente trabalhe com qualidade...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A palavra está com a Regina, estou só verificando a conexão.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Voltando pessoal, estamos todos os anos aqui pedindo ampliação para o orçamento da assistência, analisando todos os dados. O que também SMADS mandou, a resolução do Comas, que é a 1856, nós já passamos também para os Vereadores, passamos para todo mundo, já mandamos para vocês darem uma olhada. O que não podemos perder? Nós precisamos garantir a continuidade de todos os serviços que estão nas resoluções, nos planos, mas se não tivermos ajuste financeiro os serviços vão fechar. Nós sabemos disso, e lá tem um aporte também que precisamos, relator, Presidente, está na rubrica lá dos 155 milhões para reajustar e não ter que ficar passando chapéu, o pires, novamente o ano que vem.

Ressaltar também que do que vai sobrar dos 32 bilhões, esse ano, remaneja para assistência. Precisamos de recurso vinculado, o gabinete já sabe que nós estamos correndo o risco de entregar serviços porque tivemos reajuste de tabela. As entidades não têm recursos para repassar os 12%, e nós não queremos trabalhadores na rua, usuário sem atendimento. Mas tem algo que é muito grave. O Orçamento que foi mandado pela Fazenda é menor do que estamos gastando, até agora, 16 de novembro, já está sendo gasto um bilhão, 754 e 83, então para o ano que vem precisamos garantir essa rubrica pelo menos.

E aí eu imagino que eles passaram a ampliação de serviços. Falamos, Gustavo e Regina, na outra plenária, que precisamos ampliar serviço também na proteção social básica, nas grandes periferias. Nós queremos garantido na nossa pasta também um recurso para a

questão da fome, porque são essas pessoas que trabalham com a fome nas periferias, aqui no Centro, com a vulnerabilidade total, e não estamos conseguindo garantir a segurança alimentar também nos serviços.

São múltiplas coisas que precisamos, mas precisamos de recurso vinculado, precisamos garantir aquela pressão do Comas, de 130 milhões, que lá está incluso o bendito do reajuste de aluguel que nunca vem, lá está incluso refeições para todos os trabalhadores da assistência social, que não estão tendo esse direito garantido. A questão da ampliação do CCA e muitas outras coisas, mas precisamos mesmo que o reajuste venha, precisamos que tenha pelo menos 2% do Orçamento para a pasta, porque, gente, são anos, *né*, que viemos aqui, que pedimos, precisamos desse recurso na pasta. Vamos ficar de olho nos 32, no caixa da Prefeitura para termos a nossa ampliação.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Chamada *on-line*: Caroline de Souza Alves.
(Pausa) Michele Dias da Silva. (Pausa) Vera Helena Lessa Vilela.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILELA – Bom dia, Vereador. Bom dia a todos e todas presentes.

Vamos na mesma linha da discussão que vocês têm trazido aqui, Regina e outros participantes, eu estou Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o Comusan SP, gestão 2022/2023. Temos trazido para os gestores e para os Vereadores a necessidade de incluir, de considerar no Orçamento, programas que estão previstos na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi regulamentada em julho de 2022. Por isso não está contemplada no Orçamento que foi entregue à Câmara.

Então, é estranho vermos que consta como recursos para a área de assistência social, 1,75 bilhões, mas pelo que a gente está ouvindo aqui, isso não está explicitado de forma adequada. Então um dos programas que a Secretaria de Assistência deveria implementar dentro dessa lei é o Programa Bom Prato Paulistano. Não existe, não está incluído, então é necessário que se reveja essa verba destinada, inclusive ele foi colocado como prioridade em

uma das propostas priorizadas na região de Cidade Tiradentes e não foi incluído, embora esteja na proposta da lei.

Como diz a Regina nós precisamos de programas de enfrentamento da fome, da insegurança alimentar e nutricional. Esse programa é fundamental e tem sido fundamental no enfrentamento da fome ao longo desses últimos dois, três anos. Então, para que haja sustentabilidade dos programas previstos, é necessário que isso seja revisto, e peço aqui a atenção dos Vereadores e da Comissão para essa questão.

Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Obrigado. Próximo inscrita, de forma presencial, Nájila. Três minutos, por gentileza.

A SRA. NÁJILA THOMAZ DE SOUZA – Bom dia a todos, todas e todes.

Sou a Nájila, sou servidora pública municipal, trabalho no Centro Pop Bela Vista. Quero repudiar aqui a não presença do Secretário. Embora a SMADS hoje esteja aqui com representantes, mas o Secretário, que deveria aqui estar, não está. Enfim, SMADS ainda é SMADS.

Eu queria dizer em relação à diminuição dos recursos para manutenção dos espaços participativos. A gente convive com uma Secretaria que não valoriza os espaços privilegiados de participação. Então, diminuindo recursos, nós não temos conferências, o Comas não será fortalecido para que a gente garanta esse espaço privilegiado.

Diminuição de benefícios eventuais. Gente, hoje estamos ainda entregando cesta básica. A gente vem lutando há muitos anos pelo cartão alimentação num valor compatível para que as famílias possam garantir o direito básico à alimentação. Essa é uma luta que a gente vem fazendo há anos, aí a SMADS está diminuindo recurso.

Diminuição do recurso da educação permanente. Nós trabalhadoras do SUAS precisamos de educação permanente, e para todas as trabalhadoras, não só para servidor público. (Palmas) Não só para uma parte, mas para o todo. E diminuindo recursos da educação

permanente, isso demonstra que a Secretaria não está nem um pouco preocupada com a formação dessas trabalhadoras que estão na linha de frente, carregando piano, em situação extremamente precarizada.

Diminuição nos equipamentos da assistência social. Os espaços físicos são absurdos, nós convivemos em ambientes cheios de infiltração, espaços inadequados. Os trabalhadores atendem as pessoas sem garantir sigilo, em salas sem ventilação. Gente, diminuir recurso nessa rubrica, é um absurdo a SMADS fazer isso.

E aumento de ampliação, reforma e qualificação dos equipamentos: zero. Não vai ter aumento se isso não se modificar.

Então, quero dizer que a gente precisa garantir todos os anos o reajuste dos trabalhadores, gente. Está na LOA, na Lei 12.435: o financiamento da assistência tem que ser integralmente pelo Estado. A SMADS tem que garantir, todos os anos, o reajuste dado pelo sindicato, a insalubridade, garantir todas as despesas, não só uma parte. Garantir vale refeição para os trabalhadores, vale alimentação, garantir o plano odontológico, plano de saúde. Tudo isso tem que ser garantido por essa Secretaria. (Palmas) Não dá mais para todo ano a gente vir aqui e ficar brigando pelo básico. A Secretaria tem que financiar integralmente o serviço. Se a Secretaria escolheu terceirizar, se é uma escolha política a terceirização, a Secretaria que garanta o financiamento integral, porque isso está na lei e tem que ser garantido. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Obrigada, Nájila.

Próxima inscrita, de forma presencial, Isabelle Carvalho Esteves. Três minutos, por gentileza.

A SRA. ISABELLE CARVALHO ESTEVES – Bom dia, gente. Bom dia a todos, todas e todos.

De novo, a gente se organiza para estar aqui, o Secretário não vem. Parece que o tempo dele é mais valioso que o nosso. Falta de respeito com a classe trabalhadora e com os munícipes.

De toda forma, falo hoje pelos CDCMs, que têm sobrevivido com um repasse de menos de 40 mil reais por mês, uma grana que é para dar conta de salário, da alimentação das mulheres, para o funcionamento do serviço, para atividades, para os atendimentos. Todo mês a gente tem que fazer um malabarismo com esse valor, tira daqui, tira dali para a conta fechar.

Para ser bem objetivo, tínhamos dois questionamentos muito pontuais para deixar registrados para o Secretário. A gente precisa de uma posição sobre os reajustes salariais, sobre o repasse do adicional de insalubridade. Isso está posto, já, nas normas trabalhistas. As entidades estão sofrendo com isso. Entidades que se preocupam com os direitos dos trabalhadores estão sofrendo com isso. Porque se a gente não tiver como dar conta desse valor, é fechamento, é entrega.

Outro processo muito importante é o da transferência de pasta para Direitos Humanos. Nós não somos chamadas para construção disso. Nós vimos no projeto que está sendo proposto, e não faz sentido para nós que estamos na ponta do atendimento. A gente precisa ser consultada, a gente precisa construir isso junto. Se vai ser interessante a transferência dos CDCMs para Direitos Humanos, a gente precisa fazer parte desse processo.

Para finalizar, fica nosso apelo para que seja repensado esse repasse orçamentário para Assistência, para os CDCMs. Sem esse reajuste, a gente corre o risco muito grave de entregar esses serviços, e a gente precisa de um orçamento digno para oferecer um atendimento para as mulheres que de fato contribua com o rompimento da violência, porque não é o que acontece hoje. É muito adoecer a gente atender essas mulheres e não ter o que oferecer, porque a gente não tem recurso. Era isso.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Seguindo, a Nájila já falou enquanto eu estava ausente. Tem também o Salão Freitas Nobre, no térreo, que está comportando os trabalhadores e trabalhadoras que não couberam aqui. Nós estamos em Congresso de Comissões no Plenário; então, continuaremos até o fim do Congresso com esta audiência

pública.

Vou chamar os inscritos de ambas as formas. Próxima, Darlene Alonso. (Pausa) Jéssica Bretas. (Pausa) Karen Rodrigues dos Santos (Pausa) Jéssica Bretas, por três minutos.

A SRA. JÉSSICA BRETAS – Bom, a gente está aqui de novo. Sou do CDCM, e a gente precisa muito rever a questão da transferência. As trabalhadoras estão em choque. A gente não sabe como planejar o próximo ano. Até agora, não foi repassado o reajuste dos salários; a gente não sabe como vai ser. É muito duro viver nessa insegurança. Embora seja um trabalho muito digno o que a gente faz, os CDCMs estão jogados, abandonados. Assim, a gente entende que as mulheres estão jogadas. Não faz sentido para esse governo, para essa prefeitura cuidar dessas mulheres, fortalecê-las para que elas rompam com a violência. Parece que é mais que isso continue acontecendo.

Então, a gente precisa rever isso e rever o reajuste do auxílio aluguel, porque não dá para uma mulher sair da situação de violência e procurar uma casa com 400 reais, gente. Isso é absurdo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Jéssica.

Karen Rodrigues dos Santos. (Pausa) Última inscrita de forma *on-line*, Wellieny Gomes Bravo.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

Meu nome é Wellyene. Eu sou conselheira no conselho participativo municipal do Campo Limpo. Desejo um bom dia a todos, ao Sr. Presidente e ao Sr. relator.

O motivo da minha participação nessa reunião é questão do orçamento cidadão no território do Campo Limpo. A gente colocou duas propostas referentes à assistência social. Uma foi a implantação de um centro de referência para autistas na região do Campo Limpo. A gente teve todo cuidado para verificar se estava dentro do que estava previsto no plano de metas, que estava sendo elaborado no mesmo período. E a nossa surpresa foi a resposta da Secretaria de Direitos Humanos na devolutiva, nos informando que já havia sido escolhido o território ali de Santana, na zona Norte, para implantação desse centro de referência. Na zona

Norte, há vários equipamentos ali, na região de Santana, que atuam nessa área dos transtornos do espectro autista, e a gente sabe que, no PPA, nos planos de metas e na própria lei de diretrizes orçamentárias, estabelece-se a descentralização do serviço, para que se melhore o acesso.

O próprio Plano Diretor Estratégico estabelece a questão da mobilidade como um dos seus eixos de atuação. Então, eu venho aqui nessa reunião, nessa audiência, para pedir ao pessoal da Secretaria de Direitos Humanos a revisão para implantação de um equipamento na região do Campo Limpo. São crianças que não têm o diagnóstico feito de forma precocemente. Há crianças e o número de favelas aqui, no nosso território, é composto em três distritos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje não há a pasta de Direitos Humanos, mas será encaminhado. Hoje é só Assistência.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Mas a discussão é aqui que eu estou presenciando, Sr. Jair, a junção da pasta também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje chamamos especificamente a de Assistência, mas está registrado.

A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO – Srs. Vereadores eleitos por nós, que nos representam aí nessa Casa, na Câmara Municipal, entendam e atuem no sentido de que sem uma devida assistência social com um país com tantas desigualdades, numa cidade com tantas desigualdades como a nossa aqui, a gente está tirando a dignidade e o autorrespeito de jovens e adolescentes na sua fase adulta. Essa exploração, essa falta de amor-próprio não se conseguem repor com o tempo. Então, a assistência social vem trazer isso. Um dos seus papéis é trazer um pouco de dignidade a essas famílias que não têm recursos para bancar alimentação, para bancar moradia e para bancar uma série de coisas onde a Assistência Social atua. Há também a questão de falta de moradia.

Eu lhe respeito muito, Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Darlene Alonso.

A SRA. DARLENE ALONSO – Oi, pessoal. Bom dia.

Sou Darlene. Sou militante do FAS São Paulo e ex-Presidente do Comas. Em primeiro lugar, eu queria pontuar aqui a questão da criança e do adolescente e pontuar que esse Governo Bruno-Nunes tem a criança e o adolescente como prioridade, prioridade no desmonte. (Palmas)

É muito triste a gente ver o que está acontecendo com os programas para criança e adolescente no nosso município.

Também queria estar convidando vocês para estar com a gente no dia 30 aqui. A gente vai ter uma audiência pública sobre o PL 253, que é a legislação para a criança e o adolescente, política pública para criança e adolescente em situação de rua e na rua. É muito importante que a gente tenha uma política garantida em lei, porque aí a gente pode cobrar as coisas que não são feitas em relação à criança e ao adolescente em situação de rua. A gente sabe que é a ponta aí que está mais sofrendo desde sempre, e agora, com a questão da pandemia, muito mais. Não houve nenhuma política específica para cuidar deles. Está bom? É dia 30, a partir das 11 horas aqui. Eu conto com vocês para estar ajudando a gente a passar esse PL. Está bom?

Agora só em relação à assistência, um minuto. Eu só queria defender a resolução 18.076 do Comas, que pede um aporte de 700 milhões. Então, que o orçamento vá para 2,279 bilhões A gente deve respeitar o Comas enquanto uma instância, - (Palmas) - porque o Comas não chegou a esse valor aleatoriamente. É fundamentado esse valor e é importante que a gente respeite as instâncias de deliberação da sociedade civil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Antônio Alexandre.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE – Bom dia a todos. Eu sou conselheiro do Comas, representante dos usuários. Eu sinto muito o Secretário não estar presente aqui. Eu gostaria de conversar com ele.

Desculpem-me, Regina e Gustavo, mas vocês não fazem o papel do Secretário. Eu

gostaria que ele estivesse presente aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, feita a manifestação, vamos seguir.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE – A Darlene, que está aqui, já foi Presidente do Comas e sabe o quanto eu luto em relação aos usuários, porque todo esse trabalho que vocês fazem é relacionado, dirigido a nós, usuários.

Eu estou lutando para que se crie ILPI grau 3, porque São Paulo só tem um, que fica no Canindé, para não acontecer o que aconteceu lá em São Mateus, onde morreram oito idosos e ainda tem duas pessoas que estão internadas porque inalaram fumaça. Isso não pode acontecer. Devia ter ILP. Gostaria que o Secretário volte aqui e não fuja mais.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Antônio. Das inscrições da primeira audiência o último inscrito é o Alan.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não. Deixe eu só, conforme foi pedido pela dificuldade, repassar, Bernadete falou, Marlene Pena, eu acho que não chegou? (Pausa) José Euzébio? (Pausa) Ainda estou na listagem das inscrições da outra. O Geraldo Brito falou, né? Falou. Tem a Márcia Perrone. (Pausa) Rosilene Pimentel (Pausa) José Antonio de Lima Neto (Pausa). É que eu tinha de ter usado um critério de finalizar, acabei colocando só interrogação. Claudia Souza. (Pausa) Okay, então. Agora vamos para as inscrições de hoje. Primeira inscrita é a Nazaré Copertino.

Antes, Nazaré só um minuto, tenho de encerrar a audiência para que não caminhe concomitantemente o plenário. Declaro encerrada a audiência pública, de acordo com o Regimento Interno. Seguiremos no debate, por isso, declaro abertas as Reuniões de Trabalho, sem prejuízo dos encaminhamentos.

Estamos abrindo a 1ª Reunião de Trabalho da Comissão de Finanças e Orçamento do ano de 2022, para debater o PL 579 com o tema Assistência Social, Secretária Municipal de

Assistência e Desenvolvimento Social.

Começamos então essa Reunião de Trabalho, repito, sem prejuízo aos encaminhamentos.

Tem a palavra, a Nazaré.

A SRA. NAZARÉ COPERTINO – Vamos repetir, Jair e Sidney, e nós vamos repetir enquanto tivermos fôlego. Eu não sei em qual momento nós nos perdemos e não compreendemos que a assistência social é direito do povo e dever do Estado.

Em algum momento nós nos perdemos nisso, porque não é possível que a cidade de São Paulo, a cidade mais rica não defenda um orçamento digno de uma política de proteção social.

A Darlene já antecipou um pouco do que eu ia falar. O Comas fez uma proposta orçamentária. A proposta orçamentária do Comas não nasceu do nada. Ela não nasceu porque o Comas acordou e falou: "Hoje nós queremos tanto de dinheiro". O Comas faz o monitoramento da política de assistência social permanentemente. Permanentemente! Ele sabe exatamente quanto precisa de dinheiro para tocar a política de proteção social. O que me assusta é a Secretaria desconsiderar isso. Parece que a Secretaria, ou a Prefeitura, não sabe o que acontece na cidade de São Paulo.

Há uma distância enorme do orçamento apresentado por um órgão que tem competência de apresentar proposta orçamentária, e a proposta que a Secretaria apresenta para a cidade. A Secretaria reforça a ideia de que proteção social não é direito. Nós já escutamos, em reuniões desse Prefeito Ricardo Nunes, lá em Parelheiros - e eu estava presente na reunião -, feliz da vida porque "Nós fazemos muita coisa com pouco dinheiro". Isso não é fala para um Prefeito ter. Não é fala.

O trabalho, a assistência social, gente, não é política de favor. É política de direito, é dever do Estado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

A SRA. NAZARÉ COPERTINO – Os trabalhadores que estão aqui não são

peças bondosas e caridosas, são trabalhadores, com técnica de trabalho, com instrumental de trabalho, com metodologia de trabalho, com uma série de experiências, com formação para o trabalho. E nós estamos aqui em todos os níveis de trabalhadores, Gustavo. Estamos aqui com trabalhadores de nível superior, de nível médio, de nível fundamental. Todos esses compõem a Rede SUAS da cidade de São Paulo.

Então o que estamos insistindo é que nós não queremos que Sidney e Jair reproduzam o que a Prefeitura está fazendo. Que volte a proposta orçamentária, os 700 milhões que o Comas apresentou no Orçamento e que foi cortado pela Prefeitura, que não está nem aí para a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, Nazaré, o tempo, conclui para mim, por favor.

A SRA. NAZARÉ COPERTINO – Nós só vamos insistir nisso. A Câmara Municipal não pode reproduzir o que está vindo da Prefeitura. Não é possível que vocês se comprometam com a morte, com a desproteção, com a fome da população. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Nazaré.

Neia Arantes. Eu e a Neia estamos de bem.

A SRA. NEIA ARANTES – Bom dia a todos.

Que bom esse plenário estar lotado. Deveria ter muito mais gente, precisamos arrumar é um espaço maior.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem outra sala também.

A SRA. NEIA ARANTES – Ai que bom, temos um espaço maior para colocar a coisa pra funcionar.

Primeiro quero cumprimentar todos que estão aqui, ao Jair, ao Sidney Cruz, ao Gustavo, à Regina, e eu acho que os que me antecederam já falaram da falta do Secretário, que precisa ter mais compromisso. Essa Casa não tem nenhum dispositivo para obrigar o Secretário vir trabalhar não? Tem de ter um dispositivo.

Estou aqui, indignada, por conta que eu acredito, e a Nazaré, que me antecedeu, e

a Darlene também, quanto aos 700 milhões. Vou dizer ainda que acho pouco. Porque não acho que dentro desses 700 milhões está contemplada a regulamentação da Lei 13.431 que já era para ter sido regulamentada em 2017, pois que é uma obrigatoriedade. É uma lei que fala da implementação de política pública voltada ao atendimento integral, intersetorial de criança e adolescente, vítima ou testemunha de violência, e isso está dizendo em qualquer tipo de violência. Em qualquer! Lei 13.431 de 2017. Ela deve ser regulamentada imediatamente.

E eu trago para essa Casa aqui, Jair, esses recursos... ah! e também precisamos fazer um adendo aqui: cadê os outros Vereadores? Que preocupação estão tendo com esse orçamento da Assistência? Onde estão? Cadê esse povo aqui? Temos muito mais. São pessoas que são votadas por nós para fazer um serviço de excelência, inclusive daquele nosso trabalho.

Eu vou falar rapidamente antes que você me corte, porque eu sei que você vai me cortar já, já. Eu queria dizer uma outra coisa: a Assistência também está ciente da lei sancionada em 07/07/2022 aqui nesta Casa; a lei ainda fala da questão dos Conselhos Tutelares, que em seu artigo 7º, parágrafo 3º, está dizendo que vai regulamentar, porque ainda não regulamentou, a questão do acionamento de um plantão do Conselho Tutelar, bem como o funcionamento do serviço. Então, se o Conselho Tutelar vai ficar 24 horas, sete dias por semana, sábado, domingo e feriados, cadê os serviços para isso? Cadê a proteção com especialista? Precisa de ter. Não é possível mais, Jair e Sidney, que os conselheiros tutelares da cidade de São Paulo fiquem executando serviços sem ter prerrogativa e competência técnica para esse tipo de coisa.

Para concluir, Jair, eu vou dizer mais uma coisinha. Sobre o PL 253, é importante que todos estejam aqui mesmo no dia 30, e eu faço questão de estar, porque eu acompanhei na íntegra a discussão desse PL dentro do Gabinete da Prefeitura e por mais que nós tivéssemos lá enquanto o Conselho Tutelar e enquanto sociedade civil apontando a necessidade de serviço nas 24 horas, não foi colocado e não foi considerado. Então, esse PL precisa ser reformulado para serviços 24 horas, porque a proteção à infância, à criança e ao

adolescente não tem horário.

Nós vamos fazer o seguinte: se não tiver orçamento nesta Casa, nós vamos ter que pedir para as crianças e os adolescentes, principalmente os que estão em situação de rua, que apresentem suas violações das 8 às 17h, o que seria uma vergonha para a cidade de São Paulo.

Muito obrigada a todos e bom dia.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Neia.

Tem a palavra o Mario Melendez.

O SR. MARIO MELENDEZ – Bom dia a todos, todas e todes.

Eu sou Mario Melendez, conhecido como Marito. Sou trabalhador do CCA Boa Sorte - Sociedade Santos Mártires. Eu queria, antes de tudo, legitimar todas as falas que foram feitas aqui pelos nossos colegas trabalhadores, companheiros e companheiras. Não vou partir para essa linha, porque eu quero aqui falar sobre sonhos, porque eu acredito que todos nós aqui somos sonhadores e trabalhamos com os sonhos dessas crianças, desses jovens, desses adultos, de todas as pessoas que a gente atende, e é óbvio que está muito claro que a falta de um orçamento adequado para Assistência limita toda essa população de poder sonhar.

Então, de fato, o que que a gente está fazendo lá dentro? A gente está tentando construir esses sonhos e avançar com os sonhos dessas pessoas. Eu queria dizer que, por muitos e muitos anos, a gente esteve aqui neste lugar fazendo essas cobranças e que a gente está bem cansado de fazer isso, mas a gente não vai desistir, não. (Palmas)

Além disso, eu gostaria de saber, e acredito que todos vocês também, qual Secretário ou Secretária vai fazer essa política de inversão de prioridade, porque a Assistência Social é centro, precisa ser central. Todas as políticas são importantes? São. Mas, vindo de quatro anos do desgoverno Bolsonaro, um governo ridículo, a gente tem urgência que a política da Assistência Social seja central, e ela precisa ser o centro porque a periferia é, sim, o centro.

Para concluir, eu queria convidar vocês da Mesa a sonharem com a gente também.

Vamos comprar essa luta. Todo mundo aqui está comprando essa luta, e a gente precisa desse diálogo e que a gente avance, porque a gente vai resistir sempre, não apenas porque é a nossa missão, mas porque a gente não tem escolha. Então, a gente vai resistir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mario.

Tem a palavra a Maria Aparecida Nery. (Pausa)

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está feito o registro.

A SRA. MARIA APARECIDA NERY – Bom dia a todos, todas e todes. Bom dia à Mesa.

Primeiramente eu quero dizer que nós estamos sempre nessa mesma labuta todos os anos. Eu penso – e acho que a maioria aqui também – que a política deveria direcionar a economia, mas é o contrário: a política está sempre pedindo para a gente se ajustar ao mercado, que hoje em dia está na moda, como sempre esteve, e sempre foi assim, infelizmente. Se nós temos o aumento da fome no País, nós temos que nos adequar a um orçamento que não amplia o alimento para todos. Se tem pessoas sem moradia, nós temos que nos adequar a um orçamento que não consegue dar moradia para todos. E é sempre assim.

Neste ano, o Sitraemfa, o sindicato que eu estou aqui representando como presidente, conseguiu minimamente ampliar um pouquinho os direitos do trabalhador. Não houve aumento real, houve uma reposição da inflação, que estava alta na época e ainda está. Há mais de dez anos que a gente luta pela insalubridade da média e alta complexidade, só que nós, infelizmente, ainda não avançamos no aumento do salário dos trabalhadores, que são os que estão ali na ponta, os educadores sociais e o pessoal operacional. E aí a gente vê um orçamento que não contempla essa necessidade e que coloca as organizações numa situação muito difícil.

Às vezes, a gente escuta aqui algumas falas dizendo que o sindicato vai quebrar as

organizações. Não vamos quebrar as organizações, porque o trabalhador não quebra organização; ele tem que ter os seus direitos garantidos para poder efetivamente garantir o direito dos usuários. Essa é a regra que tem que acontecer. A gente tem mania de nos culpar pelo sistema perverso que existe. A gente diz que é o sindicato, que é a organização, que é o aumento dos trabalhadores e, na realidade, é porque a vida inteira nós precisamos nos ajustar a um orçamento.

Eu vou ficar muito feliz no dia em que a Secretaria tiver um orçamento tão grande que sobre dinheiro para repassar para alguém. Como foi dito aqui, quando não tem dinheiro para um serviço, passa-se para uma outra Secretaria, sendo que deveria ser assim: se a outra Secretaria tem dinheiro sobrando, tem que passar para a Secretaria de Assistência para a gente conseguir dar conta do serviço.

Então, talvez nós precisemos mudar a forma de buscar essa situação e pressionar. Eu espero que os nossos Vereadores não comunguem com essa discrepância que é esse orçamento, que valorizem esses trabalhadores e que respeitem o direito desses usuários. O sindicato tem um papel a cumprir e ele não vai fugir disso. Nós conseguimos isso, já está sacramentado em convenção coletiva de trabalho. Então, o que vai acontecer? Quando a organização não repassar, somos obrigados a entrar com solicitação de cumprimento da convenção coletiva e isso onera a organização. Então, as organizações têm que se juntar. Agora é o momento de esquecer todas as divergências e se juntar pelo bem dos trabalhadores, pelo bem das organizações e, principalmente, dos usuários.

Precisamos cobrar sem medo. Não vai fechar a organização. Só vai fechar se a gente permitir. Só vai fechar se, mais uma vez, a gente se ajustar ao orçamento que não contempla as necessidades da fome, da moradia, da saúde e de todos os nossos direitos.

É isso. (Palmas).

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Muito obrigado, dona Maria Aparecida.

A próxima inscrita é a Sra. Luciana Pazzini.

A SRA. LUCIANA MARCONDES PAZZINI – Bom dia.

Meu nome é Luciana Pazzini. Sou gerente do CCA Madre Nazarena, que fica na Vila Leopoldina.

Queria falar um pouco de números também e de postura das secretarias. Acredito que muitas organizações, como a que eu trabalho, têm parceria com Educação e com Assistência Social.

A que eu trabalho tem três parcerias com a SMADS e duas com a Educação. Então, eu queria falar um pouquinho do que aconteceu na Educação este ano. A Educação teve 30% de aumento na verba do *per capita*. Teve duas verbas extras no ano. Então, por exemplo, o CCA recebe hoje 45.051 reais para 120 crianças. Receberia 90 mil reais. Conheço uma creche que atende 107 crianças e ganhou quase 200 mil reais a mais este ano para ajudar a pagar férias, décimo terceiro, RH, para pagar manutenção predial que a gente não tem e para pagar capacitação - que a gente não pode nem usar verba para pagar capacitação. Duas verbas.

O piso do professor de educação infantil foi para 3.845,63 com a anuência da Secretaria de Educação e do Prefeito para pagar. Um orientador da SMADS hoje ganha 1.848. É menos de metade do que ganha um professor de educação infantil para cuidar de 30 crianças com atividades socioeducativas. Se der 12% de aumento, vai para 2.070. Então, um orientador do CCA vai ganhar 2.070 pela tabela da SMADS enquanto o professor de Educação Infantil ganha 3.845 para fazer quase a mesma coisa. Desculpa, mas é quase a mesma coisa porque vai atender com atividade criança e adolescente.

A gente não tem direito a capacitação. A gente não tem capacitação pela SMADS. A gente não pode usar a nossa verba para usar com capacitação e a gente não tem verba extra para isso. Enquanto isso, na Educação, eles estão pagando auxiliar de classe extra.

Na verdade, existe uma preocupação muito grande e eu valorizo isso que tanto CEIs conveniados quanto CEIs diretos têm a mesma linha pedagógica. Então, antes, cada um contratava a sua capacitação, o que ainda pode, mas a SME paga capacitação para o CEIs

para que todo mundo tenha o mesmo tipo de formação. Se não me engano, pagam aos coordenadores pedagógicos que tem essa formação e aí eles pagam também, para cada 70 crianças, um auxiliar de classe a mais. Então, nesse CEI que eu conheço eles recebem mais 5.100 por mês para contratar dois auxiliares de classe para que os professores dos CEIs, em horário de trabalho, possam fazer capacitação. A gente não tem capacitação, não tem verba, não tem nada.

Outra coisa que aconteceu este ano: teve um megaevento em agosto no Memorial da América Latina com o Prefeito, com o Secretário de Educação e com a Presidente do FEI, Fórum da Educação Infantil, em que foi anunciado e isso está valendo, já virou lei, é regra, cada funcionário do CEI parceiro, desde auxiliar de limpeza até a diretora, um bônus de 6 mil reais a mais no salário uma vez por ano. Tem umas regras que tem que cumprir: não pode faltar, tem que ter tantos anos de casa e tal, mas são seis mil reais por funcionário. Fora a prestação de contas da SME que é extremamente mais simples, extremamente menos burocrática, que você pode usar a verba para gastar. O nosso é uma encheção de saco para gastar. Outro dia fizeram uma reunião com quatro pessoas no CRAS para saber se eu podia gastar 100 reais a mais com contador ou não.

Até hoje a SMADS não entendeu o que é o MROSC. Eu tenho pessoas, já indiquei pessoas uma advogada excelente que fez o MROSC no Distrito Federal. Ela está disposta a ajudar e até hoje ficam pegando no pé da gente com cada centavo que a gente gasta.

Só queria deixar claro que a verba de um CCA de 120 crianças é de 45.051 reais para quem tem cota patronal, para pagar sete funcionários com todos os encargos – alimentação, água, luz, telefone, material pedagógico, tudo. E a SMADS só trabalha com parceiros porque a gente faz milagre com esse dinheiro. Se fosse administração direta, não faria de jeito nenhum. (Palmas).

A única coisa que tivemos até agora foi uma autorização para usar verba que sobrou para pagar o reajuste. Só que a nossa anuidade vem vindo desde setembro de 2020. Este ano já mudaram quatro vezes. Então, era para terminar em março e passou para junho.

No dia 30 de junho que era o dia que ou zerava a verba ou devolvia, eles falaram que poderia usar até setembro. No dia 30 de setembro, falaram, de novo: “Agora, vocês podem usar até outubro.” Então, em 1 de outubro começamos zerados porque ou a gente zerava ou devolvia. A gente três meses para usar a verba para pagar os 12% mais o reajuste.

É uma desconsideração total. Aliás, está todo mundo contra ir a Educação. Eu assino embaixo e quero ir a Educação porque quero esse respeito que a Educação tem e que a SMADS não tem. (Palmas).

Só uma fala extra. Sou da Vila Leopoldina. Libera o PIU Leopoldina. Só falta vontade política para isso.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Júlio Cezar, do Quilombo Periférico.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas, todos e todes.

Mais uma vez, a nossa mandata coletiva Quilombo Periférico vem defender em conjunto com os movimentos de maneira aguerrida um orçamento qualificado para a política pública.

Quando o Estado não garante política pública efetiva, são as nossas meninas e meninos pretos e pretas que morrem com bala todos os dias. Quando o Estado não investe politicamente e tecnicamente com as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, a gente perde e perde vidas, vidas humanas, vidas pretas, vidas de mulheres pretas, vidas de periferias.

A Assistência Social é uma política essencial e fundamental e a gente precisa discutir de forma objetiva, como o movimento vem pautado, não dá para um serviço de convivência fortalecimento de vínculos continuar recebendo recurso e ter cadastramento via Educação. Isso é desmontar o CCA.

Não dá para a gente continuar defendendo o funcionamento de uma política tão fundamental sem concurso público e sem plano de carreira para servidores municipais. Não dá para a gente pensar em uma dicotomia dos trabalhadores entre os concursados e os terceirizados. Nós somos trabalhadores da política – são trabalhadores e trabalhadoras – de

Assistência Social. E defender a Assistência Social é defender o combate ao genocídio. Nós temos a tarefa política, nesta cidade, de pensar no Orçamento com 12%, queridos companheiros. Doze por cento de reajuste para as organizações para que não tenha precariedade no atendimento da demanda, porque se vocês perguntarem para todos os serviços da proteção básica e especial a maioria está atendendo acima da demanda. E atendendo na precariedade, porque fazer milagre com a verba do PRD mês a mês, mesmo com a possibilidade de flexibilização, é precariza a qualidade no atendimento, e a gente não quer isso na política. A gente quer uma política de Assistência com participação democrática, com controle social e com financiamento público de qualidade. E é isso o que a mandata coletiva Quilombo Periférico vem defendendo aqui, no Município. (Palmas) Em conjunto com o movimento e com os trabalhadores.

Aproveitamos que estamos no mês de novembro, temos uma campanha Reaja pelo direito das infâncias e juventudes contra a violência racial. Chega de menino preto morrer na Praça da Sé e a gente não tem um serviço especializado efetivo da Assistência Social.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Júlio.

Daniele.

A SRA. DANIELE MACHADO OLAVO – Bom dia a todos, a todas e a todes.

É o seguinte, eu estou um pouco nervosa. Eu estava anotando um monte de coisa para falar e desisti de tudo o que estava anotado.

Quero cumprimentar a Mesa; a Regina, que está na base com a gente, sempre estive na base. Então, ela sabe o que eu vou falar aqui.

É muito importante ter esta Casa cheia, a gente poder falar com vocês. Eu também, acho que assim como os meus colegas, queria o Secretário aqui. Não dá mais para fugir. Tem de vir para o embate, tem de conversar com a gente, que está lá executando. Então, Secretário, não fuja mais, apareça. A gente precisa conversar com você. (Palmas)

E, daí, eu vou falar de Orçamento. Sim, nós queremos dinheiro. Nós queremos os

700 milhões, conforme aprovado no Comas. E, daí, eu quero falar de duas coisas específicas. Eu quero falar do trabalho com o idoso, na cidade de São Paulo. Eu acho que a única pessoa que citou a pessoa idosa aqui foi o Sr. Pato. O trabalho com o idoso, na cidade de São Paulo, também é precarizado. Essas pessoas que a gente atende hoje, elas vão se tornar idosas e com essa verba, com esse dinheiro que a gente não consegue executar um trabalho para a autonomia, essas pessoas, essas crianças que a gente trabalha hoje, vão se tornar as idosas que a gente vai trabalhar lá, no ILPI, no IMCI. Então, não tem vaga. O dinheiro é uma miséria. Acho que as pessoas têm falado de 12 reais, mas eu acho que nem isso. Pensando que a pessoa idosa precisa de uma alimentação integral, uma alimentação sem açúcar. Olhem para a pessoa idosa neste Orçamento também. Acho que é importante. (Palmas)

E a última coisa, eu quero fazer uma denúncia aqui. Acho que a Gil falou do CCA Santo Antônio, mas é importante pontuar. A respeito do CCA Santo Antônio, a TV Globo veiculou uma reportagem. Quando essa reportagem passou, a Secretaria ficou louca, ligando, falando que ia executar. Para o outro dia, tinha uma engenheira lá, na porta, para tirar foto e fazer o relatório. Ela fez o relatório. A gente fez os ajustes. Isso tudo aconteceu há cinco meses. Isso tudo sumiu. Agora falam que não tem orçamento. Eu quero saber, a cidade que tem 31 bilhões em caixa não tem orçamento? A quem interessa ter dinheiro em caixa e não investir na população? A quem interessa? Esse dinheiro está sendo guardado para quê? Eu acho que são essas as respostas que a gente quer.

Valeu, galera. Estamos na luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Glória. (Palmas)

Maravilha gente, maravilha.

Eles vão expor o cartaz ali? Eles vão ficar com o cartaz?

- Crianças estão segurando um cartaz.

A SRA. GLÓRIA – Isso.

- Crianças passam a se apresentar.

O SR. IGOR – Tudo bem, gente? Eu sou o Igor. Boa tarde.

O SR. DÊNIS – Eu sou o Dênis. Boa tarde.

A SRA. TALITA – Eu sou a Talita. Boa tarde.

A SRA. MARIA EDUARDA – Eu sou a Maria Eduarda. Boa tarde.

- Palmas.

A SRA. GLÓRIA – “Não te esqueço, meu povo.

Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo.

Por menos que conte a história,

Não te esqueço, meu povo.

Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo”. (Palmas)

Bom dia a todos. Bom dia, Mesa.

Eu faço questão de trazer a criançada aqui, de Guaianases, Lajeado. A gente está aqui com o CCA Jardim Lourdes. Eu sou trabalhadora do CCA Jardim Lourdes. Estamos, também, aqui com o pessoal do CCA Vila Iolanda.

E eu trago esta galera aqui não é para apelar, não. É para mostrar, Regina, Gustavo, que a gente não é invisível. A gente existe. (Palmas)

A gente existe, viu, Jair. A gente existe. A gente tem cor. A gente tem cheiro. A gente pensa e a gente se organiza. A gente foi muito elogiado aqui, nos elevadores, desde a semana passada, porque dizem que a audiência pública da Assistência é a mais organizada. E a gente pode. A gente tem poder.

E, mais uma vez, falando de nós, de onde a gente vem, têm umas mães bravas aqui, também, sentadas com a gente. Essas mães ensinam que quando a gente... bravas, bravas. (Palmas) Essas aí são guerreiras. Elas tiram leite de pedra e sobrevivem com o Auxílio. Essas aí, olha, são guerreiras. E elas também ensinaram a gente que quando temos uma visita, temos de receber a visita com todo o apreço, com toda a educação. E acho que o Sr. Carlos Bezerra não aprendeu isso, novamente estou falando, porque o convocamos na semana passada e mais uma vez ele não apareceu.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GLÓRIA – É, eu também, verdade. Ou até o trabalho dele. Eu topo, essa galera aqui topa.

E continuando, também queria falar sobre o orçamento. Se o orçamento não aumentar os serviços vão fechar, não temos condição de manter. Essa criançada toda na rua, é a mulherada morrendo de feminicídio, é a mulherada sofrendo mais violência. Então, acho que é tudo tão óbvio, o Comas não tirou nada da cabeça, é tudo planejado, é tudo organizado, é tudo tão óbvio, está no papel, são números. E a Prefeitura tem dinheiro, de novo vou falar, 32 bilhões de reais no cofre da Prefeitura. Pedimos 2% e tem dinheiro, não é impossível, não estamos inventando, não estamos tirando da cabeça, dá para fazer porque tem dinheiro.

Quanto ao decreto 59.083, de 2019, Gustavo, acho que você lembra das inúmeras reuniões que fizemos na SMADS, nos outros espaços dos gabinetes, em nenhum momento tivemos acordo com essa parceria que institui ações integradas entre escola e CCA, porque, mais uma vez, não somos escola de reforço, não somos puxadinho da escola, mas defendemos a escola pública de qualidade. Só que o CCA é um serviço, uma tipologia a ser seguida, defendida pelo SUAS e com muita movimentação popular. Fazemos parcerias com os serviços da rede socioassistencial também. Então, há uma maneira de ser gerido coletivamente, fazemos parcerias com outros serviços, encaminhamos as famílias para outros serviços. Então, não fechamos parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Gustavo, fechamos parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Então, queremos a derrubada do decreto. E é isso. Ou a gente se organiza ou eles organizam a gente.

Mais adolescentes presentes aqui hoje, por favor, se levantem. Parabéns, criança e adolescente prioridade sempre. Parabéns pela presença.

Muito obrigada.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Glória.

Maria Eduarda. (Pausa) Encerraram-se as falas. Vereadora Juliana Cardoso,

Vereador Gilberto Nascimento, que estavam conosco. A Vereadora Juliana está aí?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estou aqui, mas peço um segundo só para poder me posicionar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. (Pausa) Tem a palavra, Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia a todos, todas e todes.

Quero agradecer muito esta oportunidade de estar presente, mesmo nesse processo virtual, estive na semana passada, mas infelizmente o Secretário não veio e remarcamos para hoje. E naquele momento já tinha falado que não poderia estar com vocês presencialmente.

Infelizmente, claro, questão de saúde, não podemos falar sobre isso, mas espero que a representante da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social possa levar todas essas nossas considerações feitas...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. JULIANA CARDOSO - ...A Carta do FAS, protocolada... (falha na transmissão) ... sobre ampliação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Juliana Cardoso, acho que estamos com problema. Ficou claro a Vereadora Juliana falando sobre a Carta do FAS, do Fórum, que foi protocolada aqui, provavelmente já está com o Relator.

Vereadora Juliana Cardoso, estamos com dificuldade, está congelando. Nós pegamos quando você falou sobre a Carta do FAS, que foi protocolada.

A SRA. JULIANA CARDOSO - ...(Falha na transmissão) ... Fábio Rodrigues ... presencialmente ...(Falha na transmissão) ... tinha dialogado. Vou combinar com eles aqui no virtual, enquanto ela está falando, tentamos falar novamente para não ficar congelando, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Até porque temos de votar daqui a pouco, Juliana, então, já está no encaminhamento.

Passo imediatamente a palavra a Regina, Coordenadora de Gestão SUAS, Sistema Único de Assistência Social. Depois, ouviremos o Relator; também o Lúcio, que vai falar pelo Comas; o Gustavo. Pergunto o seguinte, qual será a fala mais rápida?

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – A minha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se a dele é mais rápida, o que você acha de inverter, Regina?

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vamos lá, Gustavo, fala então pelo Comas.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Bom dia a todas, todos e todes.

É uma alegria estar aqui com vocês e ver esta Casa tão cheia, tão repleta de gente, de gente bonita, que conhecemos de tanto tempo de luta. E, apesar, de estar presente a assessoria técnica, mas queria colocar meu lugar de fala enquanto representante da Executiva do Comas.

Foi falado muito aqui sobre o orçamento que o Comas aprovou, discutiu e debateu, então, acho importante pontuar, Darlene, que a companheira traz que esse orçamento não foi do nada, mas esse orçamento sim, foi fruto de uma construção do Comas. E aí quero resgatar e reforçar o papel da vigilância, o papel do controle social do Comas sobre as políticas de assistência na cidade de São Paulo. Isso é muito importante, o fortalecimento, quando se traz a questão do orçamento da Secretaria sobre os órgãos de participação tivemos, em 2021, algo em torno de 750 mil, que envolve os outros conselhos, CMETI, CMESCA, Comas, os conselhos de participação. E este ano foi enviada a proposta de R\$ 2,2 milhões, porque a gente sabe, inclusive, da importância das conferências no ano de 2023.

Mas, sobre o orçamento de 2,2, foi um orçamento que o Comas discutiu com a Secretaria. A gente entende a importância do fortalecimento da política pública, da política de assistência social, não só na sua proteção, mas na sua defesa, em sua vigilância e em seu conteúdo social.

Por isso, fica o nosso apelo ao Sr. Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz, para que leve em consideração o orçamento que o Comas debateu e aprovou, que foi um fruto de um diálogo com a sociedade, com as organizações, com os fóruns e com a própria Secretaria.

Então, eu só queria deixar registrado que o Comas continuará no seu lugar de controle do Fundo Municipal de Assistência Social, estabelecido por lei, desde 1997, para fazer o controle a vigilância. Foi falado também sobre a transferência do serviço de mulheres, e o Comas também se coloca nesse lugar de diálogo com a sociedade civil organizada, com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, para que a gente possa enfim debater essa questão da transferência de serviços, que também inclui a questão orçamentária da pasta da Assistência.

Basicamente é isso que foi falado com relação ao Comas. Quero deixar um aviso, um convite, que no próximo dia 30, quarta-feira, o Comas e o Comitê PopRua estarão em audiência pública para debater a questão das políticas para PopRua.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gustavo Felício.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, eu gostaria que o Sr. Egídio falasse um pouquinho do lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Egídio? Tem a palavra.

O SR. EGÍDIO – Bom dia a todos e a todas.

Eu sou de São Mateus e quando ouço tantas pessoas clamando por políticas públicas eu me vejo nesse lugar. Realmente a gente fica emocionado com essas crianças maravilhosas que vieram aqui.

Só para deixar claro, a Vereadora ouviu todos vocês, todos e todas, e está atenta a essa questão, e é importantíssimo que este governo garanta recurso para política pública, porque é hipocrisia dizer que faz política pública sem recurso, é demagogia dizer que São Paulo tem política pública sem recurso, e São Paulo é a cidade do recurso, afinal é aqui que o Brasil toca, é aqui que temos de ter política pública para acabar com a injustiça social, que há

tanto tempo a cidade de São Paulo busca isso.

Então, queremos reformular a cara do FAS, protocolado nesta Casa, que faz considerações mais do que necessárias sobre o orçamento da Assistência Social, na ampliação, conforme eleito no Orçamento, inclusive concordando com o que foi trazido pelo Comas e aprovamos a emenda e a LDO.

Nesse sentido, entendendo o Orçamento necessário que possa ser incorporado com uma emenda da Relatoria, como gesto de reconhecimento do direito e sensibilidade e a gravidade da conjuntura que atravessamos inclusive com ameaça de nova onda de Covid-19.

Portanto, nós requeremos que não tenha essa proposta de R\$ 1.680.000,00, mas sim, como o Comas mandou: de R\$ 2.297.983,00, que é isso que nós precisamos para que, no ano que vem, não sejamos pegos de surpresa com situações de criança e adolescente na rua. Precisamos de pouco mais de R\$ 617.000.000,00 para incluir melhor o nosso povo, crianças adolescentes, e assistência social como um todo, para o Orçamento.

Dessa forma, de acordo com a deliberação do Comas, que inclui o aumento dos convênios até 15% da verba mensal do convênio para a taxa de administração, conforme previsto no Decreto Municipal 57.575/16. Essa diferença chega a pouco mais de R\$ 617.000,000,00.

Estamos juntos, a luta continua.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Regina Alves Ribeiro.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Bom dia para todos meus pares.

A maioria conhece a minha trajetória, eu venho da rede e devo voltar a ela quando passar esse momento.

Quero pontuar que não escutei ninguém aqui falar referente à execução do trabalho que não fizesse sentido. Eu tenho muita tranquilidade de compartilhar que meus pares têm muita propriedade daquilo que falam, porque eles executam, para além da competência técnica, com compromisso; e esse mesmo compromisso nos une quando a gente conversa,

quando a gente troca, quando a gente constrói algumas coisas.

Eu tenho algumas informações que eu acho que é importante deixar registrado. Primeiro, todo o corpo técnico de SMADS também faz a defesa do 2.2. Então eu aproveito a presença da nossa vereança, dos nossos Vereadores, para pedir apoio para que ela de fato seja aprovada na Câmara, porque não existe política pública efetiva sem recurso. Concordo plenamente. Então peço o apoio da vereança para que inclua a assistência social nessa prioridade que atende a população mais vulnerável.

Eu relação aos apontamentos, eu tenho alguns retornos que eu queria compartilhar com vocês. Primeiro, o reajuste dos 12%, acho que conversamos com os dois FAS, mas entendo também que, às vezes, a organização que está aqui presente não consegue estar num lugar, está em outro. Então ele acontecerá. Tem uma turma trabalhando. Deve chegar agora no início de dezembro. (Palmas)

Deixem-me esclarecer: 12% em cima de encargos e salários, retroativos a julho, conforme está pleiteado. É isso que...

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Não. Eu vou dar os retornos que eu tenho.

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Não, não sou.

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Eu quero pontuar um pouquinho também – eu acho que foi a Nádia ou a nossa servidora – em relação à educação permanente.

Eu acho que ficou muito desmobilizado em relação à pandemia. Mas, como técnico, eu entendo que vamos ter ganhos em 2023, por causa de algumas cooperações técnicas que fechamos com outras universidades, com órgãos da ONU. Ainda que não tenhamos um orçamento adequado...

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Deixa eu concluir?

O Espaso nunca fez uma capacitação de tema amplo somente para servidor, ele sempre abriu para a rede parceirizada, que são todos trabalhadores do SUAS. O Espaso é para os trabalhadores do SUAS, rede parceirizada e a nossa rede direta. É somente para informar que é algo interno e, às vezes, não temos a possibilidade de dividir.

Em relação ao CDCMs, que é algo que também está sendo ainda muito conversado entre as secretarias em âmbitos internos, mas que, no ano de 2023, a participação dessa construção efetiva está considerando, sim, a participação dos CDCMs. Então, a partir do ano que vem, começam os encontros para fazermos uma transição de qualidade, porque, obviamente, temos que ouvir as pontas.

Em relação ao (Ininteligível), que estava falando de LPI, eu pedi somente uma informação, para sabermos que estamos fazendo instalação de algumas. Então está em processo de instalação. Temos Freguesia do Ó, Itaquera, Sapopemba e Lapa. Entendemos que, até o final do ano, essas quatro estarão em operação.

Eu acho que é isso.

Em relação a CCAs, todas as pautas são antigas. Em relação à educação, eu acho que, com o orçamento que trazemos hoje, com essa dificuldade que temos de ter uma política pública e um orçamento vinculado à nossa pasta, com uma verba carimbada, o projeto de 2%, pelo qual lutamos há tanto tempo, e ainda não conseguimos efetivar, a educação é um aporte orçamentário importante. Mas, enfim, eu acho que é um grupo de luta. E isso não atende a necessidade da Secretaria. Eu entendo que o grupo continua na luta, batalhando para que isso efetivamente aconteça.

Quero finalizar colocando que quando, e sempre, que houver uma possibilidade, e uma necessidade, de uma construção, eu acho que precisamos dialogar. Estamos com a situação dos SAICAs, que estamos fechando data para conversar, porque sabemos também da demanda. Temos situações da proteção básica que precisam efetivamente melhorar, como a Luciana tão bem colocou. E é tão discrepante, porque as nossas organizações atendem tanto na educação quanto na assistência – pelo menos, a maioria delas. E é muito difícil lidar com

trabalhador da educação com tanto suporte, e os nossos trabalhadores da Assistência, nessa luta contínua. Então eu acho que temos que continuar dialogando, continuar construindo, continuar solicitando, para conseguirmos avançar.

Quero agradecer muitíssimo o convite, o trabalho.

Ficamos à disposição.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não dá. Nós precisamos avançar, precisamos ouvir o Relator. O companheiro acabou de me pedir se seria possível mais intervenção, e eu neguei a ele. Eu tenho que ser justo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Está feito o registro.

A Regina concluiu, é isso?

Bom, aqui está o desafio colocado, não Relator.

Juliana vai falar?

A SRA. JULIANA CARDOSO – O Egídio já falou por mim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, okay, o Egídio a representou, e muito bem, por sinal.

O desafio está dado. Basicamente, estamos falando num aporte de 700 milhões para cobrir basicamente e melhorar o serviço do ponto de vista de salário dos auxílios, tanto alimentação como vale-refeição, a capacitação...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu estou resumindo exatamente o que vocês estão falando e defendendo, junto com vocês. Basicamente, é isso. Não se discutiu somente aporte de valores, discutiu-se políticas públicas na área da Assistência. Então fica o desafio para o nobre Relator. E eu acho que basicamente o sentido de hoje foi essas coisas que eu elenquei aqui. É isso.

Passo a palavra ao nobre Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero saudar V.Exa., saudar a Regina, o Gustavo, os Vereadores que nos acompanham de forma virtual, a nossa futura Deputada Estadual, extremamente atuante nas causas sensíveis à nossa sociedade, especialmente aos menos favorecidos. Quero saudar a assessoria, o pessoal da CTEO; todos vocês, trabalhadores e trabalhadoras, ativistas sociais.

Venho a esta segunda audiência com a Casa cheia. E isso é muito bonito, porque sem luta não há vitória. Vocês sabem melhor do que todos nós: não é fácil. Entendo que a pressão é gigantesca. Gostaria muito de chegar aqui e olhar para todos vocês – eu tive que segurar o choro vendo todas essas crianças; verdade, quem me acompanha sabe da minha dor, sinto isso na pele porque o meu local de largada foi esse. Eu entendo perfeitamente, porém, como falei, não é fácil. Estou dialogando com o Governo, e sabemos que no decorrer do ano teremos verbas suplementares que, com certeza, chegarão próximo a essa pressão. Isso aconteceu nos anos anteriores. Nós estamos falando de algo que vem acontecendo e aconteceu neste ano de 2022 – vocês sabem do que eu estou falando -, aconteceu em 2021, aconteceu em 2020.

Estou dialogando com os movimentos e seus representantes. O gabinete está de portas abertas.

Espero que, com meus colegas, com o Presidente, com os Pares da Câmara Municipal da cidade de São Paulo que a gente possa construir um número. Pode não ser o desejado, mas que possa contemplar..., repito, eu não vou falar somente da boca para fora. É muito fácil chegar neste auditório lotado e falar o que vocês querem ouvir. Acho que isso já aconteceu outras vezes. Esse não é o meu perfil, e quem me conhece sabe.

Vamos na luta, dialogando e construindo. Contem comigo porque a luta de vocês também é minha, mas, dentro do possível e da realidade, sem vender, como eu costumo falar no gueto “fumaça”. Nosso povo já é muito sofrido e não merece promessas infundadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente; Regina, Gustavo e todos vocês. Um forte abraço.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Regina pediu novamente a palavra para algumas.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Gente, atenção questionaram sobre o EOL. Ele é uma solicitação da educação. O que a gente pode avançar que existe à disposição da educação, e ela tem toda condição de fazê-lo, é eles melhorarem o sistema com informações que são pertinentes a nossa atuação de política pública.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem que ela conclua.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Que a gente sabe que a rede não quer o EOL já está posto.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixá-la finalizar, por favor.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Então, porque é uma solicitação da educação. Para receber o recurso a gente tem que preencher. A gente sabe que não é um encaminhamento que atenda os CCAs. O que a gente solicitou é que o EOL tivesse informações pertinentes à assistência social. Foi pedido mais uma reunião em relação aos CCAs. Isso eu acho que a gente consegue construir até o início de dezembro. De repente, a gente compõe um GT para estar com a educação para fazer os apontamentos.

Em nenhum momento, até hoje, nas reuniões que eu participei houve a possibilidade de eles abrirem mão do EOL e colherem alguma informação que também tem algumas inconsistências, mas acho que a gente pode ter mais uma reunião para tentar avançar. Esse é o meu compromisso que mando via Regina.

Dilação de prazo eu consigo.

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Então, vamos lá. Estou à disposição. Têm os meus contatos para marcar.

Obrigada.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, Regina.

Nobre Relator Sidney Cruz, querido Gustavo, quero dizer a vocês. Finalizamos. Vou dizer a vocês que seria muito ruim se tivéssemos desmarcado, mesmo com todos esses imprevistos, a capacidade de mobilização e de organização de vocês é algo invejável.

O nobre Relator colocou: “não sabemos se será possível atender toda essa demanda. Mas quero dizer que foi o segmento de maior participação popular de todas as audiências públicas”. Fizemos duas audiências públicas.

Faço o registro dos Secretários que vieram pessoalmente - o Marcos Monteiro viria, mas fiz de forma on-line, então propus a ele que fizesse on-line – esporte, educação, direitos humanos, turismo, meio ambiente, saúde, cultura.

Então, eu disse ao Secretário Carlos Bezerra que está licenciado hoje que concordo com a manifestação de vocês nesse aspecto. Esse registro está feito. Mas, também, quero agradecer à Regina que ouviu a todos, todas e todes. E o desafio está pela frente.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem o relator falar, depois, vocês se manifestem.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Presidente, acho que na minha fala me esqueci de falar algo muito importante: ele, hoje, não está Secretário, por conta de uma votação importante que está acontecendo nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Décio Fernando de Matos.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Vamos finalizar.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Queria pedir um minutinho da atenção de vocês: eu queria completar a minha fala porque eu não ressaltar a importância desse movimento. Ver esta Casa lotadas hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dois auditórios lotados.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Dois auditórios. Isso aconteceu em nenhuma das audiências públicas. Vocês são exemplo de luta, são escudos, que protegem os mais vulneráveis da cidade de São Paulo.

Quero fazer justiça.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais a tratar, encerrada a primeira reunião de trabalho.
